Decretos



MUNICÍPIO DE POÇÕES Estado da Bahia

DECRETO Nº 353 DE 30 DE OUTUBRO DE 2023

"Altera o Decreto nº 197 de 28 de março de 2023, que dispõe sobre o Plano de Ação para a implementação do Sistema Único e Integrado De Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - SIAFIC - no Município de Poções-BA."

CONSIDERANDO o teor do DECRETO FEDERAL Nº 11.644 de 16 de agosto de 2023, que alterou os prazos para implantação das diretrizes e requisitos mínimos para a criação do SIAFIC estabelecidos no Decreto Federal nº 10.540/2020;

CONSIDERANDO a formação e a finalidade da Comissão Multidisciplinar, criada pelo DECRETO № 366/2021;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º do DECRETO Nº 10.540/2020, a operação do SIAFIC será mantida e gerenciada pelo Poder Executivo:

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 367/2021.

DECRETA:

Art. 1º - Fica atualizado o Plano de Ação Excepcional, constante no ANEXO ÚNICO, para a implementação progressiva do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Poções/BA, em 30 de outubro de 2023.

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES Prefeita Municipal



ANEXO

PLANO DE AÇÃO EXCEPCIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE

Ordem	Descrição dos requisitos mínimos de qualidade	Data final de implantação		
		01.01.2023	01.01.2024	01.01.2025
1	Adesão de todos os Poderes e órgãos ao mesmo Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - Siafic.	Х		
2	Estabelecer regras de funcionamento que indiquem a responsabilidade do Poder Executivo pela contratação ou pelo desenvolvimento e pela manutenção e atualização do Siafic.		Х	
3	Definir as regras contábeis e políticas de acesso e segurança da informação, aplicáveis aos Poderes e aos órgãos de cada ente federativo e o responsável do Poder Executivo por essa acão.		х	
4	Controlar e evidenciar as operações realizadas pelos Poderes e órgãos e os seus efeitos sobre os bens, os direitos, as obrigações, as receitas e as despesas orçamentárias do ente federativo.	Х		
5	Controlar e evidenciar as operações realizadas pelos Poderes e órgãos e os seus efeitos sobre os bens, os direitos, as obrigações, as receitas e as despesas patrimoniais do ente federativo.	Х		
6	Controlar e evidenciar os recursos dos orçamentos, das alterações decorrentes de créditos adicionais, das receitas previstas e arrecadadas e das despesas empenhadas, liquidadas e pagas à conta desses recursos e das respectivas disponibilidades.	X		
7	Controlar e evidenciar perante a Fazenda Pública, a situação daqueles que arrecadem receitas, efetuem despesas e administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.			Х
8	Controlar e evidenciar a situação patrimonial do entepúblico e a sua variação efetiva ou potencial, observada a legislação e as normas aplicáveis.	Х		
9	Controlar e evidenciar as informações que subsidiem a apuração dos custos dos programas e das unidadesda administração pública.	Х		
10	Controlar e evidenciar a aplicação dos recursos pelos entes federativos, agrupados por ente federativo beneficiado, incluído o controle de convênios, contratos e instrumentos congêneres.	X		



FIDES				
11	Controlar e evidenciar as operações de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária, das quais resultem débitos e créditos.		Х	
12	Emitir relatórios do Diário, Razão e Balancete Contábil, individuais ou consolidados, gerados em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estabelecido pelas normas gerais de consolidação das contas públicas.	х		
13	Permitir a emissão das demonstrações contábeis e dos relatórios e demonstrativos fiscais, orçamentários, patrimoniais, econômicos efinanceiros previstos em lei ou em acordos nacionais ou internacionais, com disponibilização das informações em tempo real (até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil).		Х	
14	Controlar e evidenciar as operações intragovernamentais, com vistas à exclusão de duplicidades na apuração de limites e na consolidação das contas públicas.		Х	
15	Controlar e evidenciar a origem e a destinação dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica.	Х		
16	Permitir a integração com outros sistemas estruturantes existentes.			Х
17	Processar e centralizar o registro contábil dos atos e fatos que afetem ou possam afetar o patrimônio da entidade.	Х		
18	Registros contábeis realizados em conformidade com o mecanismo de débitos e créditos em partidas dobradas, ou seja, para cada lançamento a débito há outro lançamento a crédito de igual valor.	Х		
19	Registro contábil efetuado em idioma e moeda corrente nacionais.	Х		
20	Permitir a conversão de transações realizadas em moeda estrangeira para moeda nacional à taxa de câmbio vigente na data do balanço.			Х
21	Registrar contabilmente de forma analítica e refletir a transação com base em documentação de suporte que assegure o cumprimento da característica qualitativa da verificabilidade.	Х		
22	Registrar contabilmente com, no mínimo, os seguintes elementos: a data da ocorrência da transação; a conta debitada; a conta creditada; o histórico da transação, com referência à documentão de suporte, de forma descritiva ou por meio do uso de código de histórico padronizado; o valor da transação; e o número de controle dos registros eletrônicos que integrem um mesmo lançamento contábil.		Х	



FIDE				
23	Registrar os bens, os direitos e as obrigações e possibilitar a indicação dos elementos necessários à sua caracterização e identificação.			Х
24	Contemplar procedimentos que garantam a segurança, a preservação e a disponibilidade dos documentos e dos registros contábeis mantidos em sua base de dados.		Х	
25	Permitir a acumulação dos registros por centros decustos.			Х
26	Vedar a alteração dos códigos-fonte ou de suas bases de dados que possam modificar a essência do fenômeno representado pela contabilidade ou das demonstrações contábeis.		Х	
27	Vedar a utilização de ferramentas de sistema que refaçam os lançamentos contábeis em momento posterior ao fato contábil ocorrido, que ajustem ou não as respectivas numerações sequenciais e outros registros de sistema.		Х	
28	A escrituração contábil deve representar integralmente o fato ocorrido e observar a tempestividade necessária para que a informação contábil gerada não perca a sua utilidade. Além de assegurar a inalterabilidade das informações originais, impedindo alteração ou exclusão de lançamentos contábeis realizados.		X	
29	Conter rotinas para a realização de correções ou de anulações por meio de novos registros, de forma a preservar o registro histórico dos atos.		Х	
30	Ficar disponível até o vigésimo quinto dia do mês para a inclusão de registros necessários à elaboração de balancetes relativos ao mês imediatamente anterior. Impedir a realização de lançamentos após o vigésimo quinto dia do mês subsequente.		Х	
31	Ficar disponível até trinta de janeiro para o registro dos atos de gestão orçamentária e financeira relativos ao exercício imediatamente anterior, inclusive para a execução das rotinas de inscrição e cancelamento de restos a pagar. Impedir a realização de lançamentos após o dia trinta de janeiro.		Х	
32	Ficar disponível até o dia trinta de março para osdemais ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior e para as informações com periodicidade anual a que se referem o § 2º do art. 48 e o art. 51 daLei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Impedir a realização de lançamentos após trinta de março.	Х		



	LABOR			
	Disponibilizar, em meio eletrônico e de forma			
	pormenorizada, as informações sobre a			
00	execução orçamentária e financeira, em			
33	, ,	X		
	subsequente à data do registro contábil,			
	respeitados os termos da Lei Geral de			
	Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709,			
	de 14 de			
	agosto de 2018).			
	A disponibilização em meio eletrônico de			
	acesso público deve observar os requisitos			
34	estabelecidos na Lei Geral de Proteção de	X		
	Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 2018).			
	Permitir, diretamente ou por intermédio de	Х		
	· •	^		
35	integração com outros sistemas			
	estruturantes, a disponibilização das			
	informações relativas aos atos praticados			
	pelas unidade gestoras ou executoras dos			
	dados referents ao empenho, à liquidação e			
L	ao pagamento.			
	Permitir, diretamente ou por intermédio de	Х		
	integração com outros sistemas			
	estruturantes, a disponibilização das			
36	informações relativas aos atos praticados			
	pelas unidades gestoras ou executoras do			
	número do processo que instruir a execução			
	orçamentária da despesa, quando for o			
	caso.			
	Permitir, diretamente ou por intermédio de			
	integração com outros sistemas			
	estruturantes, a disponibilização das			
37	informações relativas aos atos praticados		X	
57	pelas unidades gestoras ou executoras dos		,	
	dados referentes à classificação			
	orçamentária, com a especificação da			
	unidade orçamentária, da função da			
	subfunção, da natureza da despesa, do			
	programa eda ação e da fonte dos recursos			
	que financiou o gasto.			
	Permitir, diretamente ou por intermédio de			
	l			
	. ,			
38	estruturantes, a disponibilização das	X		
	informações relativas aos atos praticados			
	pelas unidades gestoras ou executoras dos			
	dados referentes aos desembolsos			
	independentes da execução orçamentária.			
	Permitir, diretamente ou por intermédio de			
	integração com outros sistemas			
	estruturantes, a disponibilização das			
	informações relativas aos atos praticados			
	pelas unidades gestoras ou executoras dos			
	dados referentes a pessoa física ou jurídica			
39	beneficiária do pagamento, com seu		X	
	respectivo número de inscrição no Cadastro			
	de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro			
	Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ,			
	inclusive quanto aos desembolsos de			
	operações independentes da execução			
	orçamentária, exceto na hipótese de folha			
	de pagamento de pessoal de benefícios			
	•			



	LABOR		
	previdenciários.		
	Permitir, diretamente ou por intermédio de		
	integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das		
	estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados		
40	pelas unidades gestoras ou executoras dos	X	
	dados referentes aos convênios realizados,		
	com o númerodo processo correspondente,		
	o nome e a identificaçãopelo número de		
	inscrição no CPF ou no CNPJ do		
	convenente, o objeto e o valor.		
41	Permitir, diretamente ou por intermédio de	Х	
	integração com outros sistemas		
	estruturantes, a disponibilização das		
	informações relativas aos atos praticados		
	pelas unidades gestoras ou executoras,		
	quanto à despesa, dos dados referents ao		
	procedimento licitatório realizado, ou a sua		
	dispensa ou inexigibilidade, quando for o		
	caso, com o número do respective processo.		
	Permitir, diretamente ou por intermédio de		
	integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das		
42	informações relativas aos atos praticados	X	
	pelas unidades gestoras ou executoras,		
	quanto à despesa, dos dados referentes à		
	descrição do bem ou do serviço adquirido,		
	quando for o caso.		
	Permitir, diretamente ou por intermédio de		
	integração com outros sistemas		
43	estruturantes, a disponibilização das	Х	
43	informações relativas aos atos praticados	^	
	pelas unidades gestoras ou executoras dos		
	dados e valores relativos à previsão da		
	receita na Lei Orçamentária Anual.		
	Permitir, diretamente ou por intermédio de		
	integração com outros sistema		
44	estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados	X	
	pelas unidades gestoras ou executoras,		
	quanto à receita, dos dados e valores		
	relativos ao lançamento, resguardado o		
	sigilo fiscal na forma prevista na legislação,		
	quando for o caso.		
	Permitir, diretamente ou por intermédio de		
	integração com outros sistemas		
45	estruturantes, a disponibilização das	Х	
+5	informações relativas aos atos praticados	^	
	pelas unidades gestoras ou executoras dos		
	dados e valores relativos à arrecadação,		
	inclusive referentes a recursos		
	extraordinários.		
	Permitir, diretamente ou por intermédio de		
46	integração com outros sistemas	Х	
	estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados		
	pelas unidades gestoras ou executoras dos		
	dados e valores referentes ao recolhimento.		
L	added a raidred reference do recommittento.		1



47	Permitir, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das	Х		
.,	informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados e valores referentes à classificação orçamentária, com a especificação da	^		
	natureza da receita e da fonte de recursos.			
48	Permitir o armazenamento, a integração, a importação e a exportação de dados, observados o formato, a periodicidade e o sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União.	Х		
49	Possuir mecanismos que garantam a integridade, a confiabilidade, a auditabilidade e a disponibilidade da informação registrada e exportada.	Х		
50	Possuir a identificação do sistema e do seu desenvolvedor nos documentos gerados.		Х	
51	Possuir mecanismos de controle de acesso de usuários baseados, no mínimo, na segregação das funções de execução orçamentária e financeira, de controle e de consulta.	Х		
52	Impedir a criação de usuário genérico, sem aindicação de número de inscrição no CPF ou certificado digital.	Х		
53	Possuir controle da concessão e da revogação das senhas de acesso ao sistema.	Х		
54	Arquivar documentos referentes ao cadastramento e à habilitação de cada usuário e mantê-los em boa guarda e conservação, em arquivo eletrônico centralizado, que permita a consulta por órgãos de controle interno e externo e por outros usuários.	Х		
55	O registro das operações de inclusão, exclusão ou alteração de dados efetuadas pelos usuários será mantido no Siafic e conterá, no mínimo, o número de inscrição no CPF do usuário; a operação realizada; e a data e a hora da operação.	Х		
56	Possuir mecanismos de proteção contra acesso diretonão autorizado a sua base de dados.	Х		
57	Vedar a manipulação da base de dados e registrar cada operação realizada em histórico gerado pelo banco de dados (logs).	Х		
58	Manter cópia de segurança da base de dados que permita a sua recuperação em caso de incidente ou de falha, com periodicidade diária.	X		